

MANUAL DE INSCRIÇÃO 2024



XXI SEMANA DE GEOGRAFIA

JUSTIÇA CLIMÁTICA NÃO BASTA:
VAMOS REPENSAR O NOSSO
MUNDO

MANUAL DE INSCRIÇÃO - SEMANA DE GEOGRAFIA 2023

Em 2024, a vigésima primeira edição da Semana de Geografia abordará o tema “JUSTIÇA CLIMÁTICA NÃO BASTA: Vamos repensar nosso mundo”, buscando tensionar o acalorado debate sobre as mudanças climáticas, em evidência nos últimos anos, a partir da perspectiva sistêmica em que os impactos são humanos e sociais, perfazendo o caráter ambiental em seu todo. Nesse sentido, a Semana de Geografia vai se debruçar em abordar os aspectos econômicos, sociais e políticos das mudanças climáticas, que são muitas vezes tidos como subjacentes deste fenômeno.

Levar a discussão sobre mudanças climáticas às escolas visa proporcionar compreensão das possíveis temáticas envolvidas e possibilitar o protagonismo dos estudantes e da comunidade escolar. A partir disso, pretende-se estimular a construção de uma escola democrática, onde os estudantes se percebam como agentes de transformação social e ambiental, capacitados para decidir sobre o uso do meio ambiente. Para isso, é fundamental conhecer o território escolar e suas características, incluindo áreas verdes e recursos hídricos muitas vezes negligenciados, para melhor entender os impactos ambientais locais e globais. Essa abordagem, integrada ao ensino de Geografia, possibilita aos alunos compreenderem e refletirem sobre a produção do espaço que estão inseridos.

INSCREVA SUA ESCOLA CLICANDO AQUI!

O QUE É A SEMANA DE GEOGRAFIA?

O objetivo geral da Semana de Geografia é realizar a aproximação entre a escola pública e a Universidade de São Paulo. A Semana se insere como uma proposta do Departamento de Geografia, idealizada pelos estudantes do referido curso e construída com os recursos do Departamento, que ambiciona superar o distanciamento entre a universidade e a escola pública. Para além do exposto, a Semana de Geografia também visa trazer para a academia assuntos relevantes e que estão intrinsecamente relacionados à Geografia, objetivando

promover debates acadêmicos e incentivando a realização de projetos baseados no tema por parte dos estudantes das escolas inscritas. Pensando na temática de 2024, que impacta a vida de todos no nosso cotidiano, a proposta é que nas escolas sejam desenvolvidos projetos que pesquisem, analisem e proponham discussões acerca do impacto das mudanças climáticas nos diferentes aspectos de nossa sociedade, a partir da relação indissociável entre o fenômeno natural e seu impacto social.

Através deste informativo, a Comissão Organizadora da Semana de Geografia o convida para se inscrever com sua respectiva escola na **XXI Semana de Geografia**, todavia, **ressaltamos que nesta edição, só serão aceitos projetos alinhados com a temática vigente**. O evento ocorrerá nos dias 23 a 25 de Outubro de 2024 no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. COMO VAI SER A XXI SEMANA?

Os professores das escolas públicas que desejam participar, devem se inscrever com suas propostas de projetos que pretendem realizar, ou que já realizam, em suas escolas. Após a seleção, os projetos contemplados passam a ser desenvolvidos nas escolas pelos professores e alunos, com colaboração de um monitor voluntário ou bolsista da Semana de Geografia. Espera-se que, em outubro, os alunos possam apresentar os resultados dos projetos e posteriormente debater com os demais participantes no Auditório Milton Santos do Departamento de Geografia da USP. Do mesmo modo como ocorreu nos anos anteriores, no dia da apresentação os estudantes são convidados a conhecer o Campus Capital da USP, com um passeio elaborado a partir de um roteiro que contempla museus, institutos, laboratórios e o bandeirão. O almoço é financiado pelo Departamento de Geografia.

IMPORTANTE: o deslocamento dos alunos até a Universidade de São Paulo deverá ser providenciado pela escola (os monitores estarão disponíveis para dúvidas e orientações acerca da visita).

1.1. Novidade!

Em 2024, de maneira inovadora, a Semana de Geografia propõe a elaboração e publicação de um **livro**, que será uma coletânea de artigos escritos com base nas atividades desenvolvidas nas escolas, de modo que nestes textos possa-se discutir diversas maneiras de abordar a temática das mudanças climáticas na sala de aula. Os professores poderão contar com o auxílio dos monitores que estiverem acompanhando as atividades para a elaboração dos artigos. Os textos serão submetidos a uma Comissão Científica, formada por professores e pesquisadores, com objetivo de analisar e organizar cada texto, com a finalidade de garantir a qualidade da publicação. A importância da criação desta obra se baseia principalmente na lacuna bibliográfica existente de como abordar as mudanças climáticas em sala de aula de formas lúdicas e diferenciadas, visando sobrelevar metodologias de aprendizagem tradicionais, e por vezes arcaicas, que podem não expressar a realidade deste fenômeno tão atual. Nesse sentido, o que se almeja, é que a proposição de novas metodologias sejam produzidas a partir da realidade de quem está na sala de aula.

1.2. Formação de professores

Desde 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, a Semana de Geografia viu a possibilidade de ofertar uma formação online para os professores interessados e inscritos na Semana. Com realização na última quarta-feira de todo mês por meio da plataforma Google Meet, foi chamado esse momento de formação de Espaço de Debates, sendo um momento que problematizou questões como ensino de cultura afro-brasileira e indígena, cartografias sociais, acessibilidades nas escolas, metodologias ativas, uso de multimídias em sala de aula e outros temas demandados pelos professores e pela temática vigente no ano da Semana. Entretanto, a partir da demanda dos

professores por um curso institucionalmente organizado, em 2024 a Semana de Geografia irá propor um curso que será oferecido através dos Sistemas da USP, com carga horária de 15 horas. O curso irá contar com a participação de vários professores do Departamento de Geografia e outros pesquisadores da área em questão: mudanças climáticas e justiça social. Os temas que serão abordados perpassam por vários assuntos, sendo eles: a problematização da existência das mudanças climáticas, produção da natureza, geopolítica das mudanças climáticas, racismo ambiental, educação ambiental e produção, consumo e cotidiano. A participação dos professores no curso é optativa, uma vez que ele será aberto para toda comunidade externa à Universidade de São Paulo, podendo ter a participação de professores e/ou estudantes que não têm vínculo com a Semana de Geografia. Todavia, enfatizamos que essa é uma oportunidade única de participar de um curso gratuito e de qualidade, com certificação USP e que contará com palestras exclusivas de professores e pesquisadores renomados na área.

2. COMO PARTICIPAR?

O PROJETO

Os professores das escolas públicas (municipais, estaduais ou federais) escrevem um projeto com base no tema proposto pela Comissão Organizadora, observando os passos a seguir:

- **a.** Capa com o nome do projeto, dados do professor (nome, telefone e e-mail), dados da escola (nome, diretoria regional de ensino ou secretaria de educação responsável, endereço, telefone e e-mail) e dados dos alunos (série/ano e quantidade de turmas e alunos que participarão);
- **b.** Descrição do trabalho a ser realizado (trabalho de campo, revisão bibliográfica, produção de materiais, entre outros);
- **c.** Justificativa para realização do projeto, apontando os impactos do projeto na geografia, na aprendizagem dos alunos e na escola;

- **d.** Cronograma de desenvolvimento, com as atividades propostas e datas previstas.
- **e.** Anexos que possam ser importantes para a compreensão do projeto, item não obrigatório para submissão do projeto.

IMPORTANTE: As orientações acerca da estrutura e tema são apenas sugestões da Comissão Organizadora. Sinta-se livre para montar o projeto da maneira que achar melhor, respeitando somente o layout da capa.

DICA: Um modelo de projeto pode ser baixado clicando [aqui](#). (Para baixar: vá em “Arquivo” → “Fazer download” e selecione a opção “documento Word(.docx)”)

O CURSO

As inscrições para o curso de extensão que será ofertado ainda não estão abertas, mas você pode conferir todas as informações relacionadas a sua oferta, organização e grade em nosso site, clicando [aqui](#).

O TEMA SUGERIDO:

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem”

- **Chico Mendes**

seringueiro e ativista político brutalmente assassinado em 1988 devido a sua luta pela preservação da natureza e pelos direitos dos trabalhadores seringueiros

O processo de desenvolvimento do capitalismo levou o mundo a uma crise ambiental que se iniciou em meados da segunda metade do século XX e está longe de chegar ao fim. A visão da natureza como oposição ao desenvolvimento, alicerçou a forma de se relacionar com ela – dominá-la e explorar seus “recursos” em prol do progresso. Florestas foram destruídas para

dar lugar a campos agrícolas, pastagens, para a exploração dos recursos presentes no subsolo ou para ficarem submersas nas áreas de reservatórios para as Usinas Hidrelétricas espalhadas mundo afora. As cidades foram ficando cada vez mais povoadas, o que aumentou o peso da demanda por matéria-prima para atender as necessidades da população e do capitalismo.

O triunfo da sociedade de consumo, em que pesa as desigualdades de acesso e de consumo, fez com que, entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 se passasse a discutir, pela primeira vez, os impactos que aquele modo de crescimento desenfreado poderia causar no ambiente, chegando-se a antever um colapso em não muito tempo. É dessas discussões, iniciadas pelo Clube de Roma e pela célebre obra “Limites do crescimento” (Dennis Meadows, Donella Meadows e Jorgen Randers. 1972), que se passa a falar na necessidade de “proteger” o ambiente e de pensar num desenvolvimento que leve em consideração as necessidades das gerações futuras, e não apenas das gerações presentes, como vinha ocorrendo até então. Tal ponderação deu origem, mais tarde, a partir dessas discussões, ao termo “desenvolvimento sustentável”. Uma das primeiras ações resultantes dessa discussão foi o fortalecimento de uma visão preservacionista para a questão ambiental e, ancorada nesta visão, na realidade brasileira, foram sendo criados uma série de Parques – Nacionais ou Estaduais – , como áreas de proteção integral, ou seja, áreas que deveriam ser mantidas intocadas e desabitadas, sob forte inspiração nos parques norte americanos, a exemplo de *Yellowstone*.

O fato é que muitas dessas áreas eram habitadas por comunidades locais – ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas e dentre outras – que, do dia para a noite, se viram proibidas de seguir com seus modos de vida que haviam garantido a manutenção das florestas ao ponto de serem identificadas como áreas passíveis de serem transformadas em Parques. Vinte anos depois, durante a Eco-92¹ e fruto do crescimento do movimento ambientalista, passa a vigorar uma visão conservacionista da natureza, que significou uma discussão

¹ Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992.

que deu origem a outras modalidades de Unidades de Conservação que garantiriam a possibilidade de permanência das comunidades em seus locais e que se opunha à visão preservacionista de proteção integral. Ainda que tais ações tenham resultado em ganhos para as comunidades que habitavam essas áreas, de um lado isso não significou liberdade total para seguirem com o manejo das áreas – ao contrário, elas passaram a estar submetidas a conselhos gestores e à necessidade de autorização para realizar práticas ancestrais, como é o caso das roças de coivara – e, de outro, estas ações visavam apenas reduzir os impactos sobre o ambiente que o processo de desenvolvimento do capitalismo em curso seguia realizando. Isso ficou mais evidente quando passou a ser possível a realização das compensações ambientais, ou seja, a destruição de uma área poderia ser “compensada” com a proteção em outro local, mesmo que distante, portanto o custo da destruição acaba sendo pago por aqueles que não a realizaram.

Nessa ótica é que o modo de lidar com a questão ambiental visando reduzir os impactos sobre o ambiente para que o capitalismo pudesse continuar avançando sem limites, em especial nos países de economia avançada, não só não resolveu a questão como a agravou. Se a questão do desmatamento e destruição dos biomas naturais pode parecer algo que não diz respeito à população que mora nas áreas urbanas, seus efeitos, sentidos pelas mudanças climáticas, afetam a todos indiscriminadamente, ainda que de modo diferenciado a depender da renda e, também, da raça da população, seja no urbano, seja no rural, dando origem ao que tem sido chamado de **injustiça climática**.

Para além da escala regional, as mudanças climáticas também têm se manifestado como um agente notável na configuração geopolítica do planeta, influenciando, inclusive, o comércio internacional e eleições políticas internas em dezenas de países. Se por um lado a Organização das Nações Unidas (ONU) tem cumprido seu papel e reunido representantes de (quase) todas nações ao redor do globo para discutir as vicissitudes do meio ambiente produzidas pela humanidade a partir de suas convenções internacionais, como por exemplo, a

Conferência das Partes (COP), órgão supremo da ONU para as mudanças climáticas, por outro, denota-se a ineficácia do próprio órgão e dos seus países membros na adoção de medidas concretas. O Acordo de Paris (2015), considerado a medida mais proeminente adotada pelos países signatários, inclui os principais poluentes do mundo, como China e Estados Unidos da América, mas não tem apresentado resultados realmente avançados no que tange a preservação ambiental e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Se anteriormente a ONU previa uma redução nas taxas de emissão de carbono até 2030, apontadas como as mais prejudiciais para o aquecimento global, agora os países incorporaram em suas cartas essas metas até 2060.

A questão das mudanças climáticas, nesse sentido, traz uma nova envergadura para o ordenamento mundial, dentre os quais fenômenos como migrações e deslocamentos devido a eventos climáticos extremos desafiam as instituições e legislações vigentes, que não são capazes de suportar os intensos deslocamentos populacionais oriundos dos eventos climáticos extremos que ocorrem e ainda irão ocorrer. De acordo com o Banco Mundial, no relatório *Groundswell* (2021), até 2050 o mundo terá mais de 216 milhões de “refugiados climáticos” (termo cunhado pela ONU para definir esse grupo de migrantes), sendo 95 milhões originários do continente africano². Além disso, a competição por recursos naturais tende a ser impulsionada com a escassez de recursos em determinadas localidades devido às mudanças climáticas - nessa ótica, os conflitos vigentes tendem a se intensificar e, inclusive, ganhar um respaldo popular: é necessário a invasão de um país para garantir a sobrevivência da população do país invasor. Na lógica da economia, os impactos advindos da crise climática podem gerar instabilidade política no cenário internacional, afetando até mesmo acordos de cooperação entre os países e explicitando ainda mais riscos para a paz global. Entretanto, além do exposto sobre impactos negativos na economia, no raciocínio perverso do capitalismo as mudanças climáticas também produzem novas possibilidades ditas positivas,

² Para se ter noção, a população do Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, é de 203,3 milhões de pessoas, isso significa, em termos comparativos, que o número de migrantes previsto pelo Banco Mundial equivale a um Brasil migrando.

uma vez que são potencialmente lucrativas. Um exemplo disso são os estudos que indicam novas rotas de navegação para o comércio a partir do pólo norte do planeta devido ao derretimento das calotas polares.

Nessa perspectiva, o que pode-se concluir em relação às consequências geopolíticas das mudanças climáticas é o acirramento da luta de classes: os países mais pobres devem enfrentar desafios adicionais em relação aos mais ricos no que se refere aos impactos destas mudanças. A discrepância social, no entanto, já é possível de ser identificada a partir das próprias campanhas de proteção ao meio ambiente, que seleciona os países que podem explorar recursos naturais livremente pelo planeta e os países que devem realizar ações de compensação ambiental financiadas pela compra dos “créditos de carbono” e limitar suas atividades econômicas desenvolvimentistas.

Alicerçado na breve discussão trazida até aqui, fica evidente que a temática em foco deve ser discutida socialmente, e uma das estratégias existentes que possibilitam a ampliação deste debate é explorar a potência do ensino de Geografia e o papel da escola na formação dos estudantes.

Com o tema “**Justiça Climática não basta**”, o que se objetiva é justamente apontar que ações de justiça, que tendem a ser compensatórias - indenizatórias referentes ao problema em questão - não resolvem o que realmente está em jogo nessas dinâmicas. Não é possível haver justiça climática no capitalismo, do mesmo modo que, mesmo se houvesse, a justiça não seria suficiente. O conceito de justiça não é capaz de superar as contradições inerentes às destruições ambientais articuladas com o modo de produção capitalista. Nesse sentido, não é possível vislumbrar um horizonte possível para o meio ambiente dentro do capitalismo. Portanto, bradamos: **vamos repensar nosso mundo!**

INSCRIÇÃO DE PROJETOS

Após elaborar seu projeto, você deve inscrevê-lo na Semana de Geografia. Para isso:

- a. Acesse o formulário de inscrição disponibilizado no site da Semana de Geografia, cujo link está a seguir: [Inscrição de escolas na XXI Semana de Geografia](#);
- b. Preencha os campos solicitados;
- c. Anexe o arquivo do projeto em formato Word ou PDF. Nomeie o arquivo como o exemplo a seguir: *Nome_da_Escola_CIDADE*
- d. Envie o formulário.

Inscrições abertas até 28 de abril de 2024.

RESULTADO DAS INSCRIÇÕES

A consolidação dos resultados estará disponível na página [Escola de Projetos](#) do nosso site a partir do dia 13/05

CONTATOS

<http://semanadegeografia.fflch.usp.br/>

semangeo@usp.br

<https://www.instagram.com/semana.geousp/>

<https://www.facebook.com/semana.geousp>

Avenida Professor Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária - São Paulo/SP

LINKS ÚTEIS

Site da Semana: <http://semanadegeografia.fflch.usp.br/>

Site do Curso de Professores: <http://semanadegeografia.fflch.usp.br/curso-2024>

Inscrição dos projetos: <http://semanadegeografia.fflch.usp.br/inscricao-2024>

Modelo de projeto:

<https://docs.google.com/document/d/16Z1WbiZ2VG1qzHzAw7hOyHa2mX4oJSIWecIQa384ZZM/edit?usp=sharing>

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. Justiça ambiental e cidadania. RJ: Relume Dumará, 2004.

BERNINI, C. I. A Produção da “Natureza Conservada” na Sociedade Moderna: Uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP. Tese (doutorado). São Paulo, FFLCH USP, 2015, 290p

COSTA, I.M. A gestão democrática participativa da escola nas relações socioambientais do território e com a comunidade para além dos muros da escola: a narrativa do Centro de Educação Infantil (CEI) Cidade de Genebra, São Paulo/SP. TCC. Curso de Pós graduação Lato Sensu em Educação Socioambiental e Sustentabilidade. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2023.

ESPINDOLA, I. B. e RIBEIRO, W.C. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros, Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 48, pp. 365-395, maio/ago 2020, <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4802>

Fraser, N . Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world New York: Columbia University Press, 2009.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. SP: Companhia das Letras, 2020.

MARENGO, José A. (Coordenador). Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil. INPE, 2011. (PDF online)

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura. Blumenau: Edifurb, 2000. Cap 7: Estratégias do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável: racionalização do capital ou reapropriação social da natureza.

LÜDKE, Menga. O professor e a pesquisa. Campinas: Papirus, 2001a

RIBEIRO, W.C. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo, Terra Livre, São Paulo: AGB, n. 18, 2002.

SALLES, S. Racismo ambiental é conceito pouco usado na Universidade para analisar desigualdades.<https://jornal.usp.br/diversidade/racismo-ambiental-e-conceito-pouco-usado-na-universidade-para-analisar-desigualdades/> publicado em 13.07.2023

ZANI, S.V.M. Histórias pessoais como ferramenta de representatividade e conscientização sobre as mudanças climáticas. TCC. Curso de Pós graduação Lato Sensu em Educação Socioambiental e Sustentabilidade. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2023.